

Formação de Professores para o Ensino Inicial da Leitura e da Escrita, na Década 1880, em São Paulo-Brasil

Maria do Rosário Longo Mortatti, Bárbara Cortella Pereira e Franciele Ruiz Pasquim¹

Resumo

Apesar de a Escola Normal de São Paulo ter sido objeto de muitos e importantes estudos e pesquisas no campo da história da educação brasileira, encontram-se ainda pouco explorados os aspetos específicos da formação desses professores, no que se refere a sua atribuição de ensinar a ler e a escrever. Com o objetivo de contribuir para a compreensão desses aspetos, focaliza-se, neste artigo, a formação de professores para o ensino inicial da leitura e escrita, no contexto das tentativas de regulamentar e reformar a instrução pública que se implementaram na Província/Estado de São Paulo, a partir da década de 1880, com a reabertura definitiva da Escola Normal situada na capital paulista.

Palavras-chave: Antonio da Silva Jardim; História do ensino inicial de leitura e escrita; História da Formação de professores; História da Educação.

Introdução

No Brasil, desde o início do período imperial (1822-1889), a organização da instrução pública nacional era um anseio partilhado pelo Imperador e pelos legisladores. Na primeira Constituição brasileira (Brasil, 1827), outorgada pelo Imperador D. Pedro I,

¹ Maria do Rosário Longo Mortatti - Livre docente em Alfabetização. Universidade Estadual Paulista (UNESP) - Campus de Marília/São Paulo/Brasil. Mestre e Doutora em Educação. Universidade Estadual de Campinas/São Paulo/Brasil. Professora Titular da UNESP - Campus de Marília/São Paulo/Brasil. E-mail: mrosario@marilia.unesp.br

Bárbara Cortella Pereira - Mestre (Bolsa FAPESP) e Doutora (Bolsa CAPES) em Educação. Universidade Estadual Paulista (UNESP) - Campus de Marília/São Paulo/Brasil. Professora da Universidade do Estado do Mato Grosso (UNEMAT) - Campus de Tangará da Serra/Mato Grosso/Brasil. E-mail: barbaracortella@gmail.com
Franciele Ruiz Pasquim - Mestre em Educação (Bolsa FAPESP). Universidade Estadual Paulista (UNESP). Campus de Marília/São Paulo/Brasil. E-mail: francielepasquim@ig.com.br

em 25 de março de 1824, estava previsto, no parágrafo 32 do Artigo 179º., que “a instrução primária é gratuita a todos os cidadãos”.

Em 15 de outubro de 1827, foi aprovada pela Assembléia Geral do Império a “Primeira lei geral da educação no Brasil”, que mandava “criar escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos do Império” e estabelecia, dentre outros importantes aspetos, que: as escolas seriam de ensino mútuo; os professores que não tivessem a necessária instrução deste ensino deveriam se instruir “em curto prazo e à custa dos seus ordenados nas escolas das capitais”; os professores deveriam ensinar:

a ler, escrever, as quatro operações de aritmética, prática de quebrados, decimais e proporções, as noções mais gerais de geometria prática, a gramática de língua nacional, e os princípios de moral cristã e da doutrina da religião católica e apostólica romana, proporcionados à compreensão dos meninos, preferindo para as leituras a Constituição do Império e a História do Brasil. (Brasil, 1827)

O Ato Adicional de 6 de agosto de 1834, que instituiu as Assembléias Legislativas Provinciais, encarregou-as de legislar sobre a instrução pública, podendo criar instituições de ensino e regulamentar a instrução elementar e secundária. Muitas foram, porém, as dificuldades para se efetivar o direito constitucional à instrução elementar, já que eram poucas as escolas e os professores preparados para cumprir os preceitos constitucionais relativos ao ensino de primeiras letras. Com esse objetivo, em 1835, foi criada na Corte, estabelecida na cidade de Niterói-Rio de Janeiro, a primeira² Escola Normal do país.

Durante o período imperial brasileiro foram criadas 15 Escolas Normais, a maior parte delas nas décadas de 1870 e 1880. Durante o Primeiro Reinado, foram criadas as de Niterói-RJ (1835) e Salvador-BA (1836). Durante o Segundo Reinado, foram criadas as de: Cuiabá-MT (1842); São Paulo-SP (1846); Teresina-PI (1864); Porto Alegre-RS (1869); Curitiba-PR (1870); Aracaju-SE (1870); Vitória-ES (1873); Natal-RN (1873); Fortaleza-CE (1878); Rio de Janeiro-RJ (1880); Florianópolis-SC (1880); João Pessoa-PB (1883); Goiás-GO (1884). (Araújo, Freitas, & Lopes, 2008).

No que se refere especificamente à Escola Normal de São Paulo³, historiadores da educação brasileira identificam três fases de sua história, durante o período imperial brasileiro. Essas fases correspondem, respetivamente, aos seguintes períodos: 1846

2 Para maiores informações conferir, especialmente, Vilella (1990).

3 A Escola Normal de São Paulo teve diferentes denominações: “Escola Normal da Capital”, “Escola Normal Secundária”, “Escola Normal da Praça”. Em 1911, a Escola Normal da Capital passou, pela Lei n. 1341 de 16-12, à denominação de Escola Normal Secundária. A respeito da história dessa escola, ver, especialmente, o trabalho pioneiro de Tanuri (1979), Hilsdorf (2008) e Dias (2002, 2008).

a 1867; 1875 a 1878; 1880 a 1890. Se há certo consenso em relação a essa periodização, há, porém, controvérsias, de acordo com Dias (2008) e Hilsdorf (2008), em relação às interpretações que caracterizam como “sombrio”, “precário” e de “apagamento de iniciativas” o funcionamento dessa Escola Normal durante o Império, em oposição à sua caracterização como símbolo das “luzes” e do “progresso”, no período republicano brasileiro.

Em estudos recentes sobre a história da educação brasileira, em particular sobre a história dessa Escola Normal, têm-se formulado interpretações positivas sobre o período imperial brasileiro, as quais o caracterizam como:

(...) um tempo de presença, cheio e positivo, e que enfrentam diretamente a obra de Fernando Azevedo, autor que há mais de 50 anos definiu esse período como negatividade e ausência, um tempo “fraco”, por oposição a tempo republicano “forte”, este sim caracterizado pela existência de um sistema nacional e centralizado de educação, datado da proclamação da República e levado à sua acmé pela ação dos Pioneiros da Educação Nova. (Hilsdorf, 2001, p. 68).

Desse ponto de vista, e conforme evidenciam os anseios expressos na Constituição de 1824, na Lei de 1827 e no Ato Adicional de 1834, o período histórico em questão foi marcado por sucessão de propostas para a instrução pública. Difundiu-se, assim, “(...) a crença no poder da escola como fator de progresso, modernização e mudança social” (Souza, 2000, p. 11) e, articuladamente, a necessidade de “formar professores”. Nesse contexto, apesar das recorrentes dificuldades para seu funcionamento, a Escola Normal de São Paulo foi-se consolidando como espaço privilegiado para a concretização dos anseios de organização da instrução pública e como “(...) pólo produtor, propulsor e irradiador das novas idéias pedagógicas (...)” (Mortatti, 2000, p. 85). Assim, essa Escola Normal contribuiu significativamente para a reforma da instrução pública paulista e para o estabelecimento de um modelo de formação de professores primários, inspirador de reformas similares em outros estados brasileiros, após a proclamação da República.

Na Escola Normal de São Paulo, eram formados professores para o ensino das primeiras letras na escola elementar, os professores públicos primários. Dentre as atribuições desses professores, constava, desde a Lei de 1827, o ensino inicial da leitura e da escrita⁴.

4 A denominação “professor público primário” corresponde, aproximadamente, ao que hoje no Brasil denominamos “professores dos anos iniciais do Ensino Fundamental”. Em referência ao professor a quem se atribuem classes de ensino inicial da leitura e da escrita, vem-se utilizando, no Brasil, a denominação “professor alfabetizador”.

Apesar de a Escola Normal de São Paulo ter sido objeto de muitos e importantes estudos e pesquisas no campo da história da educação brasileira, encontram-se ainda pouco explorados os aspectos específicos da formação desses professores no que se refere a sua atribuição de ensinar a ler e a escrever. Com o objetivo de contribuir para a compreensão desses aspectos, situando-os também no campo da história do ensino de língua e literatura no Brasil, focalizamos, neste artigo, a formação de professores para o ensino inicial da leitura e escrita, no contexto das tentativas de regulamentar e reformar a instrução pública, que se implementaram na Província de São Paulo a partir da década de 1880, com a reabertura definitiva da Escola Normal situada na capital paulista.

Com essa finalidade e mediante abordagem histórica, centrada em pesquisa documental e bibliográfica, localizamos, recuperamos, reunimos, selecionamos e ordenamos vasto conjunto de documentos referentes à instrução pública paulista, durante o período imperial e republicano, em especial os que se referem à formação do professor para o ensino inicial da leitura e da escrita (Pereira, 2010).

Dentre esses, ainda, selecionamos para análise dois documentos: *Regulamento de 30 de junho de 1880*, da Escola Normal de São Paulo, e *Reforma do ensino da língua materna* (1884)⁵, Conferência proferida por Antonio da Silva Jardim⁶, professor vitalício da 1ª. Cadeira⁷ de “Língua Portuguesa” e substituto interino da 4ª. Cadeira de “Pedagogia”, nessa Escola Normal, e ex-professor da Aula Primária do sexo masculino anexa à Escola Normal.

A seleção desses documentos deveu-se ao fato de os consideramos emblemáticos para a compreensão de importante momento na história da formação de professores para o ensino da leitura e escrita. Nesse momento, que se situa na terceira fase de funcionamento da Escola Normal de São Paulo (1880 a 1890), foi elaborado o *Regulamento de 30 de junho de 1880*⁸, no qual se apresentam importantes prescrições para

5 Toda vez que citarmos trecho de um documento, manteremos suas características ortográficas e formais.

6 Antonio da Silva Jardim (1860-1891) nasceu em Capivari (RJ), formou-se Bacharel em Ciências Sociais e Jurídicas pela Faculdade de Direito em São Paulo, foi secretário, professor do curso anexo e lente da Primeira Cadeira de Língua Portuguesa, tendo exercido todas essas funções na Escola Normal de São Paulo. Além da atuação no magistério, teve participação política ativa em favor da instauração do regime republicano no Brasil. Como propagandista desse regime, fez inúmeras conferências em muitas cidades e províncias brasileiras e teve publicados folhetos e artigos em jornais (Pasquim, 2013).

7 Daqui em diante, para indicar o que atualmente denominamos “disciplina” nos cursos de formação de professores utilizaremos o termo “Cadeira” com a inicial maiúscula, para evitar interpretações equivocadas, mas preservamos a ortografia original “cadeira” com a inicial minúscula nos trechos dos documentos citados.

8 O *Regulamento de 30 de junho de 1880* é composto por 157 artigos e 13 capítulos dentre os quais selecionamos, apenas, os mais importantes ao que concerne à formação do professor público primário que também ensinava a leitura inicial e a escrita a crianças. Daqui em diante, sempre que citarmos esse documento, utilizaremos o título abreviado: “*Regulamento de 1880...*”.

a formação de professores normalistas. E foram também apresentados: a primeira proposta de reforma nos Programas de ensino da 1ª. Cadeira — Língua Portuguesa — dessa Escola Normal, dos quais constavam os conteúdos considerados necessários para a formação do futuro professor público primário que devia ensinar leitura e escrita a crianças; e a Conferência *Reforma do ensino da língua materna* (1884), proferida pelo professor Antonio da Silva Jardim, que ditou novos rumos para o ensino inicial da leitura e da escrita, com base no “método João de Deus”.

Para a análise dos dois documentos selecionados, utilizamos o método de análise da configuração textual (Mortatti, 2000, p. 31), que consiste em focar os diferentes aspectos constitutivos do sentido desses documentos, a saber: quais foram as mudanças propostas para o ensino da leitura; qual é a relação entre a proposta para o ensino de língua materna apresentada por Silva Jardim na Conferência mencionada, os programas de ensino da 1ª. Cadeira da Escola Normal de São Paulo e os programas de ensino da língua materna nas escolas primárias anexas à Escola Normal; quais são os conteúdos que Silva Jardim considerava indispensáveis para o ensino inicial da leitura e escrita; quem foram os redatores/autores desses programas de ensino; e quais as relações entre a proposta de ensino da língua materna apresentada por Silva Jardim e o *Regulamento de 1880*...?

Prescrições Para a Formação de Professores Públicos Primários Propostas no Regulamento de 30 de junho de 1880, da Escola Normal de São Paulo

Mediante o Artigo 1º. da Lei n.º 130, de 25 de abril de 1880, o Presidente da Província⁹ de São Paulo, Laurindo Abelardo de Brito¹⁰, decretou que se observasse o *Regulamento da Escola Normal de São Paulo*, na qual passou a ser oferecido o Curso Normal de três anos, com cinco Cadeiras e duas Seções (“uma para senhoras e outra para homens”) com aulas comuns e simultâneas aos normalistas, conforme apresentamos no Quadro 1.

9 “Em 1821, ano do retorno compulsório de João VI a Portugal, as capitânias passaram a denominar-se províncias” (Lopez & Mota, 2008, p. 318). Após a proclamação da República, a denominação passou a ser “Estado”.

10 O Presidente Laurindo Aberlardo de Brito (1828-1885) foi um dos 19 alunos da primeira turma de 1846, diplomado pela Escola Normal da capital. De acordo com Rodrigues (1930), ele foi o grande “restaurador da Escola Normal”. Bacharelou-se em Direito pela Academia de São Paulo, em 1851 (Rocco, 1946, p. 86).

Quadro 1

Cadeiras, Formação e Atuação Profissional dos Professores da Escola Normal da Capital, em 1880.

CADEIRAS	PROFESSORES	FORMAÇÃO	ATUAÇÃO PROFISSIONAL
"1.ª cadeira: Grammatica e lingua portugueza, estudos praticos de estylo e de declamação"	Vicente Mamede de Freitas (1836-1918)	Bacharel pela Academia de Direito de São Paulo (1855)	Diretor da Escola Normal (1880 a 16/9/1882); Lente da Cadeira de Direito Civil (1887).
"2.ª cadeira: Arithmetica e Geometria"	Godofredo José Furtado (1851-1904)	Engenheiro Civil (Escola Politécnica da Corte)	Professor Interino (05/08/1880) e efetivo (27/09/1882 a 07/1888) Professor de Geometria e Trigonometria (1890-1904)
"3.ª cadeira: Geographia geral, Historia do Brazil e especialmente da Provincia; Historia Sagrada"	José Estácio Corrêa de Sá e Benevides (1856-1914)	Aluno da Escola Normal de São Paulo (2ª. fase) Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Academia de Direito de São Paulo (1879)	Professor Interino da 3ª Cadeira, nomeado em 02/08/1880 Diretor interino da Escola Normal de São Paulo (1884 a 1887)
"4.ª cadeira: Pedagogia, Methodologia, comprehendendo exercicios de intuição, Doutrina Christã"	Ignácio Soares de Bulhões Jardim	Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Academia de Direito de São Paulo (1875)	Professor interino da 4ª Cadeira (02/08/1880) e efetivo (19/04/1882); exerceu esse cargo até 1884.
"5.ª cadeira: Grammatica e lingua franceza, noções de Physica e Chimica".	Paulo Bourroul (1855-1941)	Diplomou-se pela Faculdade de Medicina (Bruxelas) e Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (1879)	Professor interino da 5ª. Cadeira (1880) e efetivo (5/4/1882); Diretor da Escola Normal de São Paulo (1882 a 1884)

Fonte: Pereira (2013)

Dentre outros aspetos que se podem observar por meio das informações reunidas no Quadro 1, destaca-se que ensinar os normalistas a ensinar leitura e a escrita estava diretamente vinculado, naquele momento histórico, à 1ª. Cadeira e à 4ª. Cadeira da Escola Normal.

Ainda de acordo com o *Regulamento de 1880...*, a finalidade da Escola Normal era habilitar, gratuitamente, "(...) pessoas que se destinam ao magisterio publico primario" (São Paulo, 1880, p. 3). Para efetuar a matrícula, os candidatos ao magistério público

paulista deveriam comprovar: ser maiores de 18 anos, quando do sexo masculino, e 15 anos, quando do sexo feminino; e gozarem de boa saúde física e moral.

O professor da Escola Normal deveria “(...) inspirar aos alumnos sentimentos religiosos e moraes, habilitando-os ás virtudes e dotes necessarios á carreira a que se destinam.”; “Dar caracter pratico ao ensino.” e “Explicar theorica e praticamente os processos adoptados e preferiveis para o ensino das materias da sua cadeira.” (São Paulo, 1880, p. 13). O virtuoso professor primário deveria, portanto, ser formado de acordo com os padrões morais e religiosos e com as bases teóricas e práticas da instrução vigentes à época.

O espaço e o tempo do ensino na Escola Normal de São Paulo eram distribuídos em duas Seções, com aulas comuns aos normalistas de ambos os sexos e com os mesmos professores. Havia, no entanto, uma divisão por sexo, “(...) sendo os assentos nella dispostos em duas ordens; uma para os alumnos e outra para as alumnas” (São Paulo, 1880, p. 3). Segundo o Artigo 73º. do *Regulamento de 1880...*, o ano letivo começava no dia 3 de março e se encerrava no dia 30 de novembro, e os exames se iniciavam no dia 3 de dezembro.

O currículo prescrito do Curso Normal oscilava entre aulas teóricas e práticas, estas mais frequentes no último ano de formação.

O Programa de ensino para o 1º. ano do Curso Normal era composto por três Cadeiras¹¹: “Grammatica e lingoa portugueza; Prosodia, Etymologia, Syntaxe, Ortographia, leitura de autores classicos e Recitação; Analyse grammatical e logica” (1ª. Cadeira); e “Grammatica e lingoa franceza; Prosodia, Etymologia, Syntaxe, Ortographia, leitura, taducção, analyse gramática de prosadores francezes [...]” (3ª. Cadeira)” (São Paulo, 1880, p. 4).

O Programa de ensino para o 2º. ano era composto por essas cinco Cadeiras e, em todas elas, estava prevista revisão da matéria estudada no ano letivo anterior. Acrescentam-se à 1ª. Cadeira, o ensino da “(...) Analyse logica de prosadores clássicos; estudos de declamação, ensaio de estylo, exercicios de redacção” (São Paulo, 1880, p. 4). O Programa da 4ª. Cadeira previa o ensino de:

Pedagogia e Methodologia, comprehendendo exercicios de intuição, Doutrina christã, Exposição dos systemas e processos especiaes de communicar a instrucção primaria, e dos preceitos de educação physica, intellectual e moral. Esta ultima será sempre exposta debaixo do ponto de vista da moral christã, sendo, portanto, esses estudos acompanhados da Doutrina christã. (São Paulo, 1880, p. 5)

11 Daqui em diante, sempre que mencionarmos as Cadeiras de ensino da Escola Normal de São Paulo, destacaremos apenas aquelas que nos interessam mais diretamente para os objetivos deste artigo.

O Programa de ensino para o 3º. ano também era composto por aquelas cinco Cadeiras com revisão das matérias do ano anterior. Acrescentavam-se à 1ª. Cadeira, "(...) Analyse logica aprofundada e etymologia de prosadores e poetas classicos, e exercícios de composição; historia da lingoa portugueza" (São Paulo, 1880, p. 5). E, à 4ª. Cadeira, acrescentavam-se: "(...) methodos de ensino, fazendo-se applicações praticas e exercícios de intuição; regras de educação civil, acompanhadas do conhecimento de todos os artigos da Constituição Política do Imperio" (São Paulo, 1880, p. 5). O Artigo 77º. do *Regulamento de 1880...* previa o conteúdo das matérias dos exames escritos para o 1º., 2º. e 3º. ano, dos quais destacamos: "Dictado de um trecho de Portuguez para Calligraphia e Ortographia", "Dictado de um trecho Classico nacional, para Analyse grammatical e logica", "Trecho de autor classico francez para traduzir" (1º. ano); "Exercicio de estylo", "Aprofundada analyse logica e etymologica de um trecho clássico", "Desenvolvimento de uma theoria pedagogica ou de algum ponto de Doutrina Christã", "Aprofundada analyse logica de um trecho classico francez" (2º. ano); "Desenvolvimento de um ponto de Grammatica philosophica", "Desenvolvimento de um ponto da historia da lingua portugueza", "Solução theorica e pratica de uma questão de methodologia", e "Dictado de um techo classico portuguez para a versão franceza (...)" (São Paulo, 1880, pp. 20-21).

Mediante análise das matérias que compunham os programas de ensino dos três anos desse Curso Normal e dos exames finais, constatamos aspetos de uma cultura escolar específica que almejava a formação de um ideal de professor público primário apto, segundo esse discurso oficial, a ensinar para além dos rudimentos do "ler, escrever e contar". Segundo a composição das matérias distribuídas nas cinco Cadeiras, o professor público primário, na década de 1880, deveria dominar, em nível bastante elevado, a língua portuguesa, as ciências exatas, a geografia, a história, e a doutrina cristã e, ainda, a língua francesa.

O caráter prático da formação do futuro professor público primário ocorria, mais acentuadamente, no 3º. ano, em que os normalistas deveriam aprender "(...) a conveniente applicação das regras que devem ser observadas na pratica dos methodos" (São Paulo, 1880, p. 6) nas aulas anexas à Escola Normal de São Paulo, uma vez por semana, sob a direção do professor da Cadeira de Pedagogia e do professor da Aula Anexa, de acordo com o Artigo 6º. do *Regulamento de 1880...*

O capítulo X, "Das aulas annexas" (120º. ao 133º. Artigo), previa o funcionamento de "(...) duas aulas destinadas a servir de curso de preparatórios a habilitar os alunos na pratica da regência das cadeiras" (São Paulo, 1880, p. 27). De acordo com o Artigo 121º., esse ensino prático ocorreria nas duas aulas anexas (seção masculina e feminina), que eram parte integrante da Escola Normal e eram fiscalizadas pelo Diretor da Escola Normal de São Paulo.

Os conteúdos ensinados nessas aulas anexas eram: “Instrução moral e religiosa”, “Leitura e Calligraphia”, “Contabilidade”, “Systema legal de pesos e medidas”, “Desenho linear” e “Elementos de Geographia e Cosmographia.” (São Paulo, 1880, p. 30). O Artigo 84º. prescreve que os alunos do 3º. ano deveriam apresentar como exame “(...) uma dissertação sobre um ponto de Pedagogia, proposto pelo Professor” (São Paulo, 1880, p. 22).

Como se pode constatar, a formação prática e pedagógica do futuro professor público primário pela Escola Normal de São Paulo, em 1880, era menos privilegiada do que sua formação geral e estava em sintonia com os pressupostos teóricos do método intuitivo. Esse método, também conhecido como “lições de coisas”,

(...) consistiu no núcleo principal da renovação pedagógica. Fundamentado especialmente nas idéias de Pestalozzi e Froebel, pressupunha uma abordagem indutiva pela qual o ensino deveria partir do particular para o geral, do conhecido para o desconhecido, do concreto para o abstrato. Esse método racional fundamentava-se em uma concepção filosófica e científica pela qual a aquisição de conhecimentos advinha dos sentidos e da observação. A racionalidade pedagógica articulava-se com os princípios de racionalização da produção e da vida social e possivelmente isso justifique a confiança e o fascínio que ele provocou naquele momento. (Souza, 2000, p.12)

A fim de propiciar uma melhor formação aos futuros professores, os normalistas deveriam participar, obrigatoriamente, das conferências públicas, previstas para se realizar duas vezes ao ano, e deveriam ter acesso aos livros da biblioteca da Escola Normal.

Essas Conferências deveriam abordar temas relativos à Instrução Pública brasileira e, em particular, da Província de São Paulo, “(...) da sua necessidade e vantagens e dos melhoramentos que a pratica dos paizes estrangeiros tem introduzido nos methodos de ensino” (São Paulo, 1880, p. 6).

Ainda de acordo com o *Regulamento de 1880...*, era incumbência do Diretor da Escola Normal “Adquirir para a bibliotheca os livros autorizados pelo Governo” (São Paulo, 1880, p. 8), e o porteiro era encarregado de “Conservar aberta a bibliotheca durante as horas de trabalho, tendo os livros devidamente classificados em boa ordem” (São Paulo, 1880, p. 8). Rege o Artigo 135º. que a biblioteca deveria permanecer aberta durante o período das aulas e que o Porteiro também serviria de bibliotecário, que organizaria o “(...) catalogo dos livros existentes e addicionará nas secções competentes que foram adquiridas” (São Paulo, 1880, p. 32). O capítulo XI “Da Bibliotheca” (134º. ao 139º. Artigo) previa que a biblioteca da Escola Normal deveria, ainda, ser “(...) composta de livros dos melhores escriptores sobre as diversas materias do

ensino normal e dos livros de Ciências, História, Viagens, Literatura, Artes e Offícios (...)” (São Paulo, 1880, p. 32).

Também os textos recomendados para leitura dos futuros professores públicos primários, como se pode constatar, eram mais voltados para formação de caráter geral e enciclopédica do que prática e pedagógica. No que se refere especificamente ao ensino da leitura, constata-se a preocupação com a leitura em voz alta por meio da recitação e exercícios de cópia a fim de desenvolver e aprimorar a caligrafia. É importante ainda destacar que, no *Regulamento de 1880...*, não se explicitava preocupação em vincular o ensino inicial da leitura a um método de ensino, embora nesse momento histórico já houvesse discussões a respeito de métodos para o ensino da leitura e da escrita a crianças (Mortatti, 2000).

Prescrições Para Ensinar os Normalistas a Ensinar a Leitura (1884)

A Lei n.º 59, de 25 de abril de 1884 (São Paulo, 1884), modificou o Artigo 5º. do *Regulamento de 1880...*, referente à distribuição das matérias de ensino dessa Escola Normal, com o desmembramento da 5ª. Cadeira, conforme apresentamos no Quadro 2.

Quadro 2

Redistribuição das Cadeiras da Escola Normal de São Paulo, no Ano de 1884

CADEIRA	PROFESSOR	FORMAÇÃO	ATUAÇÃO PROFISSIONAL NA ESCOLA NORMAL
1ª Cadeira: “Grammatica e Lingua Nacional”	Antonio da Silva Jardim (1860-1891)	Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Academia de Direito de São Paulo (1882)	Professor da Aula Anexa da Escola Normal (1882) Professor efetivo da 1ª. Cadeira da Escola Normal, em 22/4/1883
2ª Cadeira: “Arithimetica e Geometria”	Godofredo José Furtado	Engenheiro Civil (Escola Politécnica da Corte)	Professor Interino (05/08/1880) e efetivo (27/09/1882 a 07/1888) Professor de Geometria e Trigonometria (1890-1904)
3ª Cadeira: “Elementos de Cosmographia, Geographia e Historia”	José Estácio Corrêa de Sá e Benevides (1856-1914)	Aluno da Escola Normal de São Paulo (2ª. fase) Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Academia de Direito de São Paulo (1879)	Professor Interino da 3ª Cadeira, nomeado em 02/08/1880 Diretor interino da Escola Normal de São Paulo (1884 a 1887)

4ª Cadeira: "Pedagogia, Methodologia e Instrução Religiosa"	Antonio Jardim acumulou esse cargo pois substituiu Manoel José da Lapa Trancoso, em 1883	-	Professor interino (1883-1887)
5ª Cadeira: "Noções de physica e Chimica"	Cypriano José de Carvalho	-	Professor efetivo (31/7/1884 a 7/1888)
6ª Cadeira: "Grammatica e Lingua Franceza"	Arthur Gomes Carlos Marcondes de Toledo Lessa	Bacharel pela Academia de Direito de São Paulo Bacharel em Ciências sociais e jurídicas pela Academia de Direito de São Paulo (1864 a 1868)	Professor interino (1884) Professor efetivo (31/1/1885 a 11/1888)

Fonte: Pereira (2013)

Os programas de ensino da Escola Normal de São Paulo e da escola primária anexa, resultantes dessa nova distribuição de matérias, são apresentados por Antonio da Silva Jardim, como apêndices ao volume em que foi publicada, em 1884, a Conferência proferida nesse mesmo ano. É importante considerar, ainda, que a inserção dos programas de ensino em apêndice ao final do texto da Conferência representou uma forma de Silva Jardim buscar legitimar a reforma do ensino da língua materna, com o objetivo de oficializar sua proposta como "arte do ensino da leitura".

A Reforma do ensino da língua materna (1884)

Em 1883, Paulo Bourroul¹², então Diretor da Escola Normal de São Paulo, ressalta que a nomeação de Silva Jardim para a 1ª. Cadeira nessa instituição foi um acontecimento bastante importante para os novos rumos da formação do professor que ensinava leitura a crianças.

Por acto de 26 de Abril [de 1883], foi nomeado professor vitalicio da cadeira de grammatica e lingua nacional, o bacharel Silva Jardim. Congratulo-me com a Escola por essa nomeação. O joven professor da 1ª cadeira regeu durante

12 O médico e professor Paulo Bourroul (1855-1941) foi Diretor da Escola Normal de São Paulo, entre 1882 e 1884.

tres annos, com zelo mais louvavel, a cadeira annexa masculina. Prestará certamente, nas suas novas funcções, os maiores serviços, pois une a uma robusta intelligencia, um conhecimento profundo da lingua vernacula e uma verdadeira vocação para o ensino. (São Paulo, 1884, p. 8)

Na ocasião de sua posse, em 21 de abril de 1884, Silva Jardim proferiu a Conferência *Reforma do ensino da língua materna*, na qual apresentou sua proposta para o ensino inicial da leitura e da escrita a crianças.

A Conferência foi proferida em cumprimento ao artigo 8º. do *Regulamento de 1880...*, da Escola Normal de São Paulo, que, como mencionamos, prescrevia a realização de conferências públicas, nas quais os professores deveriam abordar temas sobre a instrução pública brasileira. Especialmente ao assumirem umas das Cadeiras de ensino, deveriam proferir uma Conferência Pública para a Congregação dos professores e para autoridades escolares e alunos, ou poderiam ser convocados pelo Presidente da Província, a fim de explanar sobre a matéria que lecionavam.

A Conferência de Silva Jardim foi publicada, em 1884, pela Typographia de Jorge Seckler & Cª. de São Paulo, e seu conteúdo foi divulgado como modelo de “como ensinar a leitura”. Nessa publicação, Silva Jardim apresenta a seguinte “advertência”:

A propriedade deste opúsculo, cuja publicação foi autorizada pela Provincia, e a sua expensa realisada, pertence á Bibliotheca da Escola Normal, em favor da qual desiste o autor dos direitos pátrios de propriedade litteraria, para que seja gratuitamente distribuido pelos alumnos da Escola, pelos professores públicos, autoriadades escolares, e mais pessoas interessadas no ensino, em geral. (Silva Jardim, 1884, p. 7)

Apresenta, também, dedicatórias aos seus familiares, aos professores e alunos da Escola Normal, aos ex-alunos da Aula Anexa. Além das “advertências” e dedicatórias, estão em apêndice a esse documento: *Programma para o ensino da Lingua Materna nas escolas primarias annexas á Escola Normal (1884)*; *Resumo dos PROGRAMMAS adoptados pela Congregação da Escola Normal para o curso de Grammatica e Língua Nacional no anno de 1884*; *Programma do Curso da 1.ª Cadeira da Escola Normal segundo a proposta de REFORMA DO REGULAMENTO authorisada pela lei n. da Assembléa Provincial e apresentada ao Exm. Governo*.

Silva Jardim defende, nessa Conferência, a eficácia do “método João Deus”, por meio da utilização da *Cartilha maternal ou arte da leitura*, que considerava mais apropriada para ensinar a língua materna às crianças. Essa cartilha foi escrita pelo poeta, pedagogo e republicano João de Deus (1830-1896) e publicada em 1876, em Portugal. O “método João de Deus”, centrado no método da palavração, consistia em iniciar o ensino da leitura pela palavra, para depois analisá-la a partir dos valores fonéticos das

letras (Mortatti, 2000). Esse método vinha se contrapor aos métodos da soletração e da silabação¹³, ambos de uso rotineiro, naquela época. Além de divulgado no Brasil, o “método João de Deus” foi considerado, em 1888, pela Corte portuguesa, como o método oficial para o ensino da leitura naquele país.

Segundo Hilsdorf:

O inteligente professor da aula anexa [Silva Jardim], por mais que procure seguir os métodos em voga e dar um ensino intuitivo, nada pode fazer porque lhe falta tudo. Se tem na sua sala os quadros para a leitura conforme o método João de Deus, deve-se ao Dr. Martinho Prado Júnior se não nos enganamos, que fez presente de uma coleção àquela aula! Parece-nos ser tempo de fornecer à Escola Normal os aparelhos, modelos, coleções e diversos objetos necessários ao ensino intuitivo e ao estudo de algumas disciplinas. (PSP, 24 out.1882, ed., as. RP, citado em Hilsdorf, 2008, p. 96)

Segundo Mortatti (2000), o “método João de Deus” para o ensino inicial da leitura divulgado nessa cartilha começou a circular também, mais sistematicamente, no Brasil, a partir dos anos iniciais da década de 1880, principalmente nas províncias de São Paulo e do Espírito Santo. Esse movimento de propagação e utilização do “método João de Deus” estava em sintonia com as ideias e os modelos pedagógicos em vigência, nesse mesmo momento histórico, em Portugal e no Brasil. Pode-se constatar, portanto, que os aspetos relativos ao “ensinar a ensinar” a leitura e a escrita decorreram, também, da circulação de ideias e modelos pedagógicos em diferentes tempos e espaços, como ocorreu com a circulação do “método João de Deus” concretizado na *Cartilha Maternal ou arte da leitura*.

13 O método da soletração ou alfabético consistia em iniciar o ensino da leitura pelas letras do alfabeto (Mortatti, 2000).

Os Apêndices ao Documento Reforma do Ensino da Língua Materna (1884)

Programma¹⁴ para o ensino da Língua Materna nas escolas primárias anexas à Escola Normal

Esse *Programma*... foi organizado pelo professor Geraldino Campista, professor da Aula Masculina Anexa e foi adotado nas escolas primárias anexas à Escola Normal de São Paulo. É composto por dez artigos que tratam do ensino da língua materna nessas escolas primárias.

O Artigo 1º. prevê que o ensino da língua materna nas aulas anexas seria dividido em duas "secções" que corresponderiam a duas turmas, "menores" e "aspirantes" ao Curso Normal. No Quadro 3, apresentamos os conteúdos que deveriam ser ensinados em cada Gráo (classe) da secção "Menores".

Quadro 3

Secção "Menores" da Escola Normal de São Paulo, Respetivos "Grãos" e Conteúdos a Ser Ensinados

Secção "Menores"		
1º. Gráo	2º. Gráo	3º. Gráo
"Leitura elementar, pelo methodo da palavração"	"Leitura corrente, graduada"	"Leitura expressiva explicada"
"Formação oral pelo professor"	"Formação de phrases"	"Formação de phrases"
"Pronuncia das palavras sem auxilio do livro"	"Pronuncia"	"Pronuncia"
"Conversaão entre o professor sobre assuntos simples"	"Conversaão"	"Conversaão"
"Calligraphia gradual do alfabeto"	"Cópia"	"Cópias de trechos Moraes"
-	-	"Composiçãõ colletiva e individual com auxilio de quadros, retratos e paysagens"

Fonte: Pasquim (2013)

Como se pode observar no Quadro 3, os conteúdos de cada um dos Grãos (classe) estão centrados na leitura pelo método da palavração, que se inicia com a leitura da palavra. O professor era responsável por aplicar exercícios de formação oral de frases, pronúncias de palavras e momentos de conversaão. É possível constatar também que os exercícios estabelecidos para cada Gráo (classe) são graduais e se

14 Os programas apresentados estão em Apêndice ao documento *Reforma do ensino da lingua materna* (Silva Jardim, 1884). Daqui em diante, sempre que mencionarmos esse Programa de ensino, utilizaremos a seguinte forma abreviada: "*Programma*...".

organizam do mais simples ao mais complexo, como no caso da leitura que passa da elementar para a corrente e a “expressiva explicada”. Além disso, os exercícios estão em consonância com o método de ensino intuitivo, como os exercícios de composição coletiva e individual com auxílio de quadros, retratos e paisagens. No Quadro 4, apresentamos os conteúdos que deveriam ser ensinados em cada Gráo (classe) da secção “Aspirantes” ao Curso Normal.

Quadro 4

Secção “Aspirantes” à Escola Normal de São Paulo, Respetivos “Grãos” e Conteúdos a Ser Ensinados

Secção “Aspirantes”	
1º. Gráo	2º. Gráo
“Leitura expressiva”	“Leitura expressiva de poesias”
“Recitação de Poesia”	“Leituras de alguns trechos de proza”
“Pronuncia de palavras”	“Exercicios de composição individual”
“Formação de phrases”	“Noção de substantivo”
“Cópias de trechos poéticos”	“Concordancia oral das palavras”
-	“Compendio de grammatica não será utilizado, o ensino será oral e pratico”

Fonte: Pasquim (2013)

Como se pode constatar, há inclusão dos exercícios de leitura expressiva de poesias, recitação de poesias e cópia de trechos poéticos, além de conteúdos de Gramática, como além disso, a presença da Gramática no 2º. Gráo do conteúdo de “Noção de substantivo” e “Concordância oral das palavras”.

Ao final do *Programma...*, o professor Geraldino Campista ressalta:

Este programma pôde bastar ao ensino da língua nas nossas escolas publicas primarias destinadas a realizar a promessa da Carta Constitucional; podendo, e devendo mesmo, soffrer ampliação num ensino primario mais lato, como se faz mister. (Silva Jardim, 1884, p. 27)

Resumo dos PROGRAMMAS adoptados pela Congregação da Escola Normal para o Curso de Grammatica e Língua Nacional, no anno de 1884

O resumo dos programas adotados para o curso de Gramática e Língua Nacional da Escola Normal de São Paulo, no ano de 1884, está internamente organizado por

conteúdos que deveriam ser ensinados em cada ano, acompanhados da prescrição exata de tempo destinado ao ensino de cada conteúdo. Para o primeiro ano, eram previstos: três meses para o “Ensino Espontâneo da Língua” e seis meses para o “Ensino Systemático da Língua”; para o segundo ano, eram previstos: três meses para o “Ensino Concreto da Língua”, três meses para o “Ensino abstracto da língua, Grammatica geral applicada á língua portuguesa” e três meses para o “Ensino Abstracto - concreto da língua”; para o terceiro ano, eram previstos: três meses para o “Ensino Concreto da Língua”, três meses para “Historia da lingua” e três meses para “Pedagogia da lingua portuguesa”.

Ao final desse Programa, há uma nota em que Silva Jardim ressalta:

Estes programmas, organizados em attenção aos conhecimentos anteriores dos alumnos, e aos methodos de ensino até então seguidos, são transitórios, preparadores do que se segue, em synthese apresentado na Proposta de Reforma do Regulamento que a Congregação da Escola apresentou, autorizada por lei provincial, ao Exm. Governo da Provincia. (Silva Jardim, 1884, p. 30)

Programma do Curso da 1ª. Cadeira da Escola Normal, segundo a proposta de REFORMA DE REGULAMENTO, authorisada pela lei n. [?] da Assembléa Provincial, e apresentada ao Exm. Governo.

Esse Programa... para o curso da 1ª. Cadeira “Língua Portuguesa” da Escola Normal de São Paulo está organizada por conteúdos que deveriam ser ensinados em cada ano letivo, conforme apresentamos no Quadro 5.

Quadro 5

1ª. Cadeira “Língua Portuguesa” e Respetivos Anos e Conteúdos a Ser Ensinados

1ª. Cadeira “Língua Portuguesa”		
1º. Ano	2º. Ano	3º. Ano
“Leitura Elementar, corrente e expressiva”	“Grammatica particular da lingua portuguesa”	“Historia da lingua portuguesa”
“Escrepta e Composição”	“Grammatica geral”	“Pedagogia da língua”
-	“Continuação dos exercícios de leitura, individual e coletiva, e da composição individual”	“Composição poética”

Fonte: Pasquim (2013)

Como se pode constatar, mediante análise desses programas de ensino destinados à formação teórica e prática dos professores públicos primários, Silva Jardim defendia que a gramática deveria ser ensinada por último, pois primeiramente deveria ser ensinada a língua e, depois, suas regras; o ensino dos conteúdos deveria se dar de

forma gradativa, em cada ano escolar, passando pela leitura corrente e expressiva, escrita e composição, gramática e exercícios de leitura e, por fim, pelos conteúdos que exigiam maior grau de abstração, como “História da língua portuguesa”, “Pedagogia da língua” e “Composição poética”.

Ainda no que se refere ao ensino da língua materna na Escola Normal, Silva Jardim destaca que

(...) deve terminar [o ensino] pela parte pedagógica, de indicação dos meios práticos de ensinarem-se as diversas disciplinas. Será de summa vantagem que possa esse ensino ser acompanhado de exercícios práticos nas aulas anexas que devem servir de norma aos futuros mestres. (1884, p. 21)

Para esse professor, por fim, o ensino inicial da leitura estava fortemente vinculado ao desenvolvimento da língua oral (“leitura em voz alta”, “pronúncia”, “conversação”, recitação). As prescrições para o ensino baseado em exercícios de conversação entre o professor e o aluno se aproximavam dos pressupostos teóricos do método intuitivo (matriz teórica do método analítico) para o ensino inicial da leitura, que seria defendido e institucionalizado pelos educadores que implantaram a reforma da instrução pública paulista, na primeira década republicana, a de 1890. No que se refere ao ensino da escrita, este estava ainda fortemente vinculado ao treino da caligrafia, mas já se disseminavam exercícios de composição escrita, o que representava um importante avanço para a época.

Considerações Finais

Mediante a análise da configuração textual das fontes documentais aqui apresentadas, constatamos que o *Regulamento de 30 de junho de 1880* teve a função de sistematizar (para normatizar e uniformizar) importantes aspectos da formação de professores públicos primários paulistas (que eram formados de acordo com pressupostos, ao menos no plano normativo, do ensino inicial da leitura entendido como “arte da leitura”), tais como: um ano a mais para o Curso Normal, acréscimos de Cadeiras e matérias, aulas práticas nas seções anexas, com prescrição de exercícios que serviriam de modelo aos futuros professores, mediante a experimentação de novos métodos de ensino, e a obrigatoriedade de conferências sobre temas a serviço da Instrução Pública paulista e brasileira.

Para a sistematização dos aspectos necessários à formação de professores primários, foi grande a contribuição de Silva Jardim, que ocupa na história da leitura no Brasil um lugar pioneiro, uma vez que, em sua Conferência, apresenta um método para

ensinar leitura (palavração) e o como ensinar (didática) como uma arte, concepção, ao que nos parece, bastante refinada para esse momento histórico.

A reforma proposta por Silva Jardim na Conferência contribuiu decisivamente para a divulgação do “método João de Deus”, que representou importante esforço de enfrentar as dificuldades das crianças brasileiras em aprender a ler, por meio da defesa de um método de ensino que esse professor considerava científico e o único capaz de contribuir para civilizar/instruir o povo, por meio da leitura. Assim, a partir do ensino inicial da leitura a crianças, Silva Jardim vislumbrava a possibilidade de contemplar uma necessidade real, a de tirar a nação do atraso em relação aos aspectos econômicos, políticos e culturais nos quais — segundo a sua visão e a de muitos intelectuais e políticos daquele momento histórico — o Brasil estava imerso. Destacamos, por fim, que nas duas décadas finais do período imperial brasileiro, com a reorganização definitiva da Escola Normal de São Paulo, a formação do professor público primário tornou-se uma necessidade real e com limites mais definidos, tendo como modelar a organização da instrução primária paulista, que seria implantada pelos educadores desse Estado, após a proclamação da República.

Esse modelo de organização da instrução pública e, especialmente, de ensino inicial de leitura e escrita fundou uma tradição, cujas marcas ainda estão presentes na educação e na alfabetização no Brasil. Conhecer e compreender essa tradição, sua origem histórica e suas permanências, é uma forma de contribuir para a compreensão dos problemas do presente e para a construção de projetos para o futuro.

Referências Bibliográficas

- Araujo, J. C. S., Freitas, A. G. B., & Lopes, A. de P. C. (2008). *As escolas normais no Brasil: do império à república*. Campinas: Editora Alínea.
- Brasil (1824). *Constituição Política do Império do Brasil* (de 25 de março de 1824) Consultado a 18 de maio de 2012 em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao24.htm.
- Brasil (1827). *Lei de 15 de Outubro de 1827*. Consultado a 18 de maio de 2012 em http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/fontes_escritas/3_Imperio/lei%2015-10-1827%20lei%20do%20ensino%20de%20primeiras%20letras.htm.
- Brito, L. A. de (1884). *Regulamento expedido pelo conselheiro Laurindo Abelardo de Brito, presidente da província para a Escola Normal em 30 de Junho de 1880*. São Paulo: Gazeta Liberal. [IEB] JFO 370.981411 B862r.
- Deus, J. (1878). *Cartilha maternal ou arte de leitura* (2ª ed. correcta e augmentada). Lisboa: Imp. Nacional. Consultado em <http://purl.pt/145>.
- Dias, M. H. (2002). *Professores da Escola Normal de São Paulo (1846-1890): a história não escrita*. (Dissertação de Mestrado em Educação). Universidade de São Paulo.

- Dias, M. H. (2008). Escola Normal de São Paulo do Império: entre a metáfora das luzes e a história republicana. In J. C. S. Araujo, A. G. B. Freitas, & A. P. C. Lopes (Orgs.), *As escolas normais no Brasil: do império à república* (pp. 75-89). Campinas: Editora Alínea.
- Hilsdorf, M. L. S. (2008). A Escola Normal de São Paulo, entre nós e o outro. In J. C. S. Araujo, A. G. B. Freitas, & A. P. C. Lopes (Orgs.), *As escolas normais no Brasil: do império à república* (pp.91-105). Campinas: Editora Alínea.
- Hilsdorf, M. L. S. (2001). Cultura escolar/cultura oral em São Paulo (1820-1860). In D. G. Vidal & Hilsdorf, M. L. S. (Orgs.), *Brasil 500 anos: tópicos em história da educação* (pp. 67-96). Belo Horizonte: Autêntica.
- Lopez, A., & Mota, C. G. (2008). *História do Brasil: uma interpretação*. São Paulo: Editora Senac São Paulo.
- Mortatti, M. R. L. (2000). *Os sentidos da alfabetização: São Paulo/1876-1994*. São Paulo: Editora UNESP.
- Pasquim, F. R. (2013). *Reforma do ensino da língua materna* (1884), de Antonio da Silva Jardim, na história do ensino de leitura e escrita no Brasil. (Dissertação de Mestrado em Educação). Universidade Estadual Paulista, Marília.
- Pasquim, F. R. (2012). Bibliografia de e sobre Antonio da Silva Jardim: um instrumento de pesquisa. Marília (digitado).
- Pereira, B. C. (2013). *Prescrições para ensinar a ensinar leitura e escrita na Escola Normal de São Paulo: circulação de saberes pedagógicos Brasil/França (1874-1889)*. (Tese de Doutorado em Educação). Universidade Estadual Paulista, Marília.
- Pereira, B. C. (2010). *Fontes para o estudo da formação de alfabetizadores, nos cursos de formação, no Brasil (1865-2010): um instrumento de pesquisa*. Marília (digitado).
- Rocco, S. (Org.). (1946). *Poliantéia comemorativa do 1 Centenário do Ensino Normal de São Paulo. São Paulo: 1846/1946*. São Paulo: Gráfica Brésica.
- Rodrigues, J. L. (1930) *Um retrospecto: alguns subsídios para a historia pragmática do ensino publico em São Paulo*. Memoria elaborada pelo Prof. Joao Lourenço Rodrigues, por ocasião do cinquentenario da Escola Normal da Capital. São Paulo: Instituto D. Anna Rosa.
- Silva Jardim, A. (1884). *Reforma do ensino da língua materna*. São Paulo: Typographia a vapor de Jorge Seckler & C..
- Souza, R. F. (1998). *Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890-1910)*. São Paulo: Editora UNESP.
- Souza, R. F. (2000). A inovação educacional no século XIX: a construção do currículo da escola primária no Brasil. *Cadernos Cedes*, 51, 9-28.
- Tanuri, L. M. (1979). *O ensino normal no Estado de São Paulo (1890-1930)*. São Paulo: FE/USP.
- Vilella, H. O. S. (1990). *A primeira escola Normal do Brasil: uma contribuição à história da formação de professores*. (Dissertação de Mestrado em Educação). Universidade Federal Fluminense.

Teacher Education for the Initial Teaching of Reading and Writing, in the Decade of 1880, in São Paulo-Brazil.

Abstract

Although the Normal School of São Paulo has been the subject of many important studies and research in the history of Brazilian education, there are still underexplored specific aspects of teacher education with regard to teaching reading and writing. Aiming to contribute to the understanding of these aspects, this article is focused on teachers education for the initial teaching of reading and writing in the context of the attempts to regulate and reform public education that were implemented in São Paulo Province/State, from the 1880s, with the reopening of the Normal School of São Paulo.

Key-words: Antonio da Silva Jardim; History of teaching reading and writing; History of teacher education; History of Education

Formation des Instituteurs (Chargés de l'Alphabétisation), au Cours de la Décennie de 1880, à Sao Paulo-Brésil

Résumé

Bien que l'École Normale de São Paulo ait été sujette à beaucoup et d'importantes études et recherches dans le domaine de l'histoire de l'éducation brésilienne, on a constaté qu'étaient encore peu exploités les aspects spécifiques de la formation de ces professeurs, en ce qui concerne leurs fonctions d'enseigner à lire et écrire. Afin de contribuer à la compréhension de ces aspects, on se concentre, dans cet article, sur la formation des instituteurs (chargés aussi de l'enseignement primaire de la lecture et de l'écriture), dans le contexte des tentatives menées pour réglementer et réformer l'instruction publique qui ont été instituées dans la Province/État de São Paulo, depuis la décennie de 1880, avec la réouverture définitive de l'École Normale localisée dans la capitale pauliste.

Mots-clés: Antonio da Silva Jardim; Histoire de l'enseignement initial de la lecture et de l'écriture; Histoire de formation des instituteurs; Histoire de l'Éducation